

O AMIGO DO POVO



Preço: R\$2,00

Jornal das Lutas Populares e da Revolução Social

ANO IV

Nº 15

oamigodopovo@inventati.org

www.oamigodopovo.noblogs.org

Brasil, Nov/Dez de 2025

Conjuntura

Anistia para o povo pobre e a questão democrática no Brasil

Jiren D.



Foto: Chacina policial nas favelas do Alemão e da Penha no Rio de Janeiro (2025)

A crise política e social que atravessa o país escancara, mais uma vez, o caráter hipócrita da chamada “democracia brasileira”. Enquanto os deputados discutem em Brasília a anistia e a blindagem de seus próprios crimes — corrupção, destruição ambiental e ataques sistêmicos às liberdades populares — o Estado segue prendendo, reprimindo e assassinando quem luta e quem trabalha para sobreviver.

A contradição entre “democracia” e “ditadura”, repetida pelos blocos

dominantes, é apenas um disfarce conveniente. Sob o manto democrático, opera uma verdadeira ditadura contra o povo pobre e trabalhador. De um lado, juízes, parlamentares e empresários seguem impunes, blindados por um sistema feito para proteger os seus crimes. De outro, mães e pais de família são encarcerados por “crimes famélicos”, ambulantes são perseguidos nas ruas e militantes populares são presos e criminalizados por lutar por moradia, terra e dignidade.

O caso do companheiro Edson, do Movimento de Resistência Popular (MRP) em Brasília, preso e perseguido por lutar por moradia digna, é exemplo vivo da criminalização das lutas sociais. O mesmo ocorre nos campos, onde o sangue do povo segue sendo derramado. Nos últimos anos, dezenas de camponeses organizados pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foram assassinados no Norte e no Nordeste do país. Em Rondônia, Pará e Maranhão, a violência agrária voltou a níveis alarmantes: invasões, despejos e massacres realizados com o apoio direto das forças policiais e do latifúndio armado.

De acordo com relatórios de organizações internacionais, o Brasil é o país que mais mata ambientalistas no mundo, com mais de 170 assassinatos registrados nos últimos cinco anos. São lideranças indígenas, ribeirinhas e camponesas que tombam defendendo a terra, a floresta e a vida. A impunidade reina, e o Estado se cala — quando não participa ativamente dos crimes.

Essa é a democracia dos ricos: um regime que garante liberdade para os exploradores e prisão ou morte para os explorados. Enquanto o sistema judiciário se move a passos lentos para julgar os grandes crimes de corrupção, milhares de pobres seguem presos sem julgamento, esquecidos nas cadeias. São jovens negros das periferias, trabalhadores informais e camponeses que ousaram enfrentar a fome e a miséria.

Na semana em que o país testemunhou uma das maiores chacinas da história, com cerca de 130 mortos no Rio de Janeiro (foto ao lado), o Grupo Libertação Popular (GLP) levou sua agitação política às ruas das periferias

Continua na
próxima pág.

IMPÉRIO EM CRISE

Os EUA realizaram ataques militares violando o espaço marítimo venezuelano sob o pretexto de combater o narcotráfico. Isso representa uma ameaça não apenas à Venezuela, mas também a outros países latino-americanos.

PÁGINAS 2

RETOMADA GUYRAROKA

No dia 21 de outubro foi retomado parte do território reivindicado da Terra Indígena (TI) Guyraroka (“terreiro dos pássaros”). A TI Guyraroka é declarada como ocupação tradicional Guarani e Kaiowá pela FUNAI com 11.401 hectares.

PÁGINA 4

PRIMAVERA SECUNDARISTA

Há dez anos, o Governo do Estado de São Paulo, sob o comando de Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou o fechamento de 94 escolas. Contra a medida, os estudantes organizaram inúmeros protestos e ocupações de escolas.

PÁGINAS 6

do Distrito Federal — especialmente em Ceilândia e Sol Nascente — colando centenas de cartazes e levantando as palavras de ordem: “Anistia para o Povo Pobre e Trabalhador!”, “DF Legal, inimigo do povo!” e “Chega de violência do Estado!”

Essas ações populares denunciam a farsa da democracia burguesa: não existe democracia verdadeira quando o povo vive sob ocupação policial, quando trabalhadores são espancados por vender nas ruas, quando comunidades são removidas à força, quando cada protesto é tratado como ameaça. A cada nova “lei de segurança”, crescem a repressão

e o medo, enquanto o povo segue sendo a principal vítima do Estado.

O mercado de trabalho, igualmente, funciona como uma prisão moderna: subempregos, jornadas exaustivas e salários de miséria são a regra. Não há liberdade de organização, expressão e reivindicação para os trabalhadores precarizados. A democracia burguesa e o mercado são duas faces de um mesmo sistema de opressão, que explora o corpo e a alma do povo para sustentar o luxo dos poucos que mandam.

A campanha “Anistia para o Povo Pobre e Trabalhador” é, portanto, um chamado à

organização e à luta. A anistia que defendemos não é para os corruptos e engravatados, mas para os pobres condenados por lutar e sobreviver. É pela liberdade das mães e pais presos por fome, dos militantes perseguidos, dos favelados chacinados e dos camponeses criminalizados por lutar pela terra.

Só a organização independente das massas populares, baseada no apoio mútuo, na solidariedade de classe e na ação direta, pode enfrentar essa ditadura burguesa e fazer o medo mudar de lado. É hora de transformar a dor em força, a humilhação em coragem, a repressão em resistência. ■

**CHEGA DE CHACINA E VIOLENCIA DO ESTADO!
ANISTIA PARA O POVO POBRE E TRABALHADOR!
O MEDO VAI MUDAR DE LADO!**

Internacional

O império em crise:

ofensiva dos EUA e a nova escalada imperialista na periferia

■ J.C. Ramos

Entre 2 de setembro e 25 de outubro de 2025, os Estados Unidos realizaram dez ataques militares em águas do Caribe e do Pacífico, violando o espaço marítimo venezuelano sob o pretexto de combater o narcotráfico. As ofensivas, que deixaram 43 mortos — entre venezuelanos, colombianos e equatorianos —, provocaram forte tensão diplomática regional. Sem apresentar provas que as justificassem, Washington ampliou sua presença militar, em uma política que Caracas denuncia como tentativa de intervenção.

A escalada revela o avanço do imperialismo norte-americano sobre a América do Sul, usando o combate ao narcotráfico como cortina de fumaça para fins de dominação geopolítica. Os EUA ofereceram US\$ 50 milhões pela captura de Nicolás Maduro e enviaram oito navios de guerra, um submarino e forças aéreas ao Caribe. Com cerca de 10 mil soldados na região, principalmente em Porto Rico, Trump autorizou a CIA a realizar operações secretas em solo venezuelano e admitiu ações terrestres contra supostos cartéis.

Essa hostilidade, mascarada de guerra às drogas, representa uma ameaça não apenas à Venezuela, mas também a outros países latino-americanos, como Brasil e Colômbia. No caso brasileiro,

não por coincidência, ganha força a proposta de classificar facções criminosas como grupos terroristas, abrindo caminho para o intervencionismo ianque.

Por outro lado, essa ofensiva evidencia a crise do imperialismo ianque, que incapaz de tensionar com China e Rússia aponta para alvos mais vulneráveis e esconde sua crise. O mercado de trabalho norte-americano segue estagnado, com baixa mobilidade, concentração setorial e perda de capacidade de geração de empregos, aprofundando a crise econômica e política interna. A economia ainda sofre os efeitos da bolha imobiliária de 2008, da guerra ao terror — que custou cerca de US\$ 8 trilhões — e da hegemonia industrial chinesa.

As taxações tarifárias impostas a diversos países, entre eles o Brasil, e as recentes ameaças à Nigéria, expressam tanto uma tentativa de mascarar a crise interna quanto uma ofensiva desesperada de um império em declínio: a besta agonizante em busca de mais recursos. Independentemente das divergências políticas, o princípio internacionalista da autodeterminação dos povos deve ser, em regra, intransigentemente defendido frente a qualquer tentativa de intervenção militar estrangeira. ■



Emendas Parlamentares e mudanças no exercício do Poder Burguês

Antonio Galego

Muito se fala sobre Emendas Parlamentares na mídia burguesa e na sociedade em geral. Hoje, por exemplo, a realização de “benfeitorias” básicas na Saúde e na Educação estão atravessadas pela dependência imoral dessas Emendas. De certa forma, a escandalosa PEC da Blindagem, derrotada no Congresso, é um subproduto de uma década de aumento do poder dos parlamentares. Mas o que são as Emendas, quais as suas consequências na política e na luta de classes, e por que isso é importante para os revolucionários e militantes classistas?

Uma década de fortalecimento e ajustes

As emendas parlamentares são recursos públicos destinados a deputados e senadores para a realização de obras e projetos. Desde a Constituição de 88 esses recursos precisavam ser aprovados pelo Presidente (Poder Executivo), que usava dessa prerrogativa como poder de barganha para manter a governabilidade e pressionar o Legislativo, o famoso “toma-lá-dá-cá”.

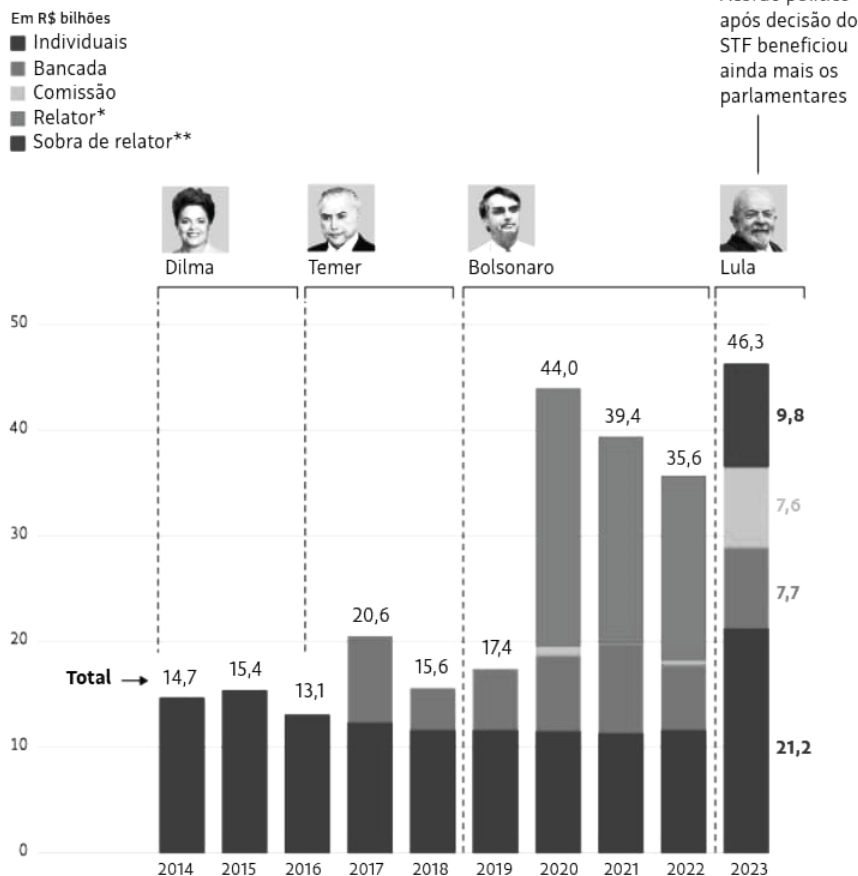
Em novembro de 2013 foi apresentada a PEC 358 que propunha o “orçamento impositivo”, tornando obrigatório o repasse de verbas aos parlamentares. Após todos os trâmites a PEC 358/13 foi aprovado pela Câmara em 2015 com a orientação favorável de todas as bancadas e com um placar incrível de 452 votos favoráveis, 18 contrários e 1 abstenção. Os deputados do PCdoB, PSOL, PDT, PSB, PV, DEM, PSDB, PSC, PSD e outros votaram integralmente favoráveis. Somente alguns gatos pingados do PMDB, PP, PR, PTB e do PT votaram contra. A única preocupação do governo Dilma e do PT à época era o impacto disso no ajuste fiscal em curso!

As Emendas Parlamentares foram fortalecidas em 2019 e 2020, durante o governo Bolsonaro. Três mudanças ocorreram: a inclusão das “emendas de bancada” (Emenda Constitucional 100); a criação das transferências especiais, conhecidas como “Emendas Pix” (EC 105, de autoria de Gleisi Hoffman/PT); e a ampliação dos recursos para as “Emendas de relator”, conhecidas como “orçamento secreto”.

Para além dos tipos, há um crescimento gigantesco das Emendas na última década. Apesar de, em campanha eleitoral, Lula ter criticado o esquema como a “maior bandidagem

da República”, o seu governo vem batendo recordes. Lula é o campeão da demagogia! O projeto da LDO para 2026 (ano eleitoral!) prevê R\$ 54,2 bilhões em emendas para as ratanzas do Congresso. Ou seja, apesar de toda demagogia e medidas de transparência pelo STF, as Emendas seguem se fortalecendo como instrumento de poder de deputados e senadores, tanto no interior do Estado, quanto na relação destes com a sociedade.

Congresso amplia emendas no início do Lula 3



*As emendas de relator, antes usadas somente em caráter de correção da Lei Orçamentária Anual, passaram a ser utilizadas em 2020 para destinar verba a obras de interesse de deputados, sem transparência
 **A sobra das emendas de relator ocorre excepcionalmente neste ano, e foram destinadas para alocação de cada ministério do governo, com indicação do Congresso
 Fonte: Congresso Nacional

11 anos, 46% do crescimento do orçamento do SUS teve sua destinação determinada por emendas parlamentares” (IEPS, 2025). A população, carente dos direitos mais básicos, é a presa perfeita desses vampiros. É a lei da oferta e da demanda na selva neoliberal: parlamentares, ONGs e empresas disputam seus “clientes” que irão se beneficiar. Mas há um preço. O clientelismo surge da troca de favores entre o poder e um grupo específico de pessoas em troca de votos ou apoio. Muitas lideranças locais (de prefeituras, igrejas, sindicatos, escolas, associações de bairro, etc.) participam do esquema, se integram, dependentes das migalhas. E onde há sortudos, há os “azarados”, os que não dão voto, que não dão “likes and vews”.

Assim, a mudança no exercício do poder burguês não se restringiu às disputas palacianas, se projetou na sociedade, se infiltrou nas organizações populares e transformou (pra não dizer, corrompeu) a ideologia das lideranças. A luta classista e reivindicativa tem se diluído na forma de troca de favores e conchavos com parlamentares. Os parlamentares têm transformado movimentos e lideranças em vitrines, com profusão de relatos de “clientes satisfeitos”, abraçados com o político da vez. Muitas lideranças, apesar de críticas ou desconfiadas, sofrem pressão real para se submeter à lógica clientelista, sob o risco de não terem resultados concretos em suas demandas. Assim, as Emendas ampliam a crise da classe trabalhadora, minando a luta coletiva e colocando as lideranças de joelhos.

A crítica liberal e republicana às Emendas, partilhada pelo STF, PT e seus asseclas, não combate o cerne do problema, se centra em dois aspectos: 1º) Criticam a corrupção e a falta de transparência, propondo regras como as do STF que exigem a rastreabilidade das emendas; 2º) Criticam os excessos no volume de recursos, tanto por ocuparem a Presidência (questão conjuntural) quanto por serem fiéis zeladores do Novo Teto de Gastos (questão estrutural). Os políticos de direita aceitam essas ponderações. São “óleo e verniz” para as engrenagens funcionarem melhor e serem mais aceitas. Ao fim e ao cabo, parlamentares de esquerda e direita tem se adaptado às novidades no exercício do poder burguês, disputam os recursos, beneficiam suas bases, fazem troca de favores, enfim, garantem sua sobrevivência político-eleitoral, que é afinal a única coisa que de fato importa na República dos Ratos. ■

Clientelismo e patrimonialismo renovados? As Emendas e seus impactos na política brasileira

Patrimonialismo é quando a classe política se utiliza do Estado para obter benefícios próprios, familiares ou para grupos específicos. Ao ser destinado um volume cada vez maior de recursos públicos para os parlamentares através das Emendas, e diante de tantas carências do nosso povo e da crise de organização do proletariado, o que tem se verificado é a imoral e descarada política de favores como meio de manter influência e lealdade eleitoral assim como favorecer interesses particulares e aliados políticos.

Ter uma biblioteca no bairro não é mais um direito, se torna um favor concedido por um parlamentar específico, “amigo da comunidade” (sic!). Para se ter noção, “nos últimos

Guyraroka:

nova retomada expõe o uso de agrotóxicos como arma de guerra e as redes do latifúndio corporativo

Maria Ignácia Montero e Esteban del Cerro
10 de outubro de 2025

As retomadas Guarani e Kaiowá, processos de luta pela recuperação das terras ancestrais desses povos, se intensificaram em julho de 2024 no Mato Grosso do Sul após avançarem coordenadamente em cinco *tekoha* (lugar onde se é), em especial, parte da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica: Yvy Ajere, Kurupai'ty e Pikyxi'yn. Nestes locais, hoje se fortalece a autonomia por meio de roças tradicionais e regeneração florestal, em contraposição às antigas monoculturas de soja e milho. No dia 21 de outubro deste ano, foi retomado parte do território reivindicado da Terra Indígena (TI) Guyraroka ("terreiro dos pássaros") e, em seguida, de Passo Piraju/Porto Cambira. A TI Guyraroka é declarada como ocupação tradicional Guarani e Kaiowá pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) com 11.401 hectares. Atualmente, Guyraroka ocupa apenas 44 hectares. Com a morosidade do Estado em cumprir seu papel na demarcação e com os constantes ataques químicos com agrotóxicos pelos fazendeiros, os indígenas decidiram retomar a Fazenda Iputã, sobreposta a TI e limítrofe ao local atualmente ocupado. Os ataques químicos contra a retomada são feitos através de máquinas e aviões agrícolas, resultando na perda de toneladas de alimentos produzidos pelos indígenas e frequente adoecimento da comunidade, incluindo casos de hospitalização. As pulverizações são frequentes nas proximidades da escola indígena.

A resistência que já não teme a morte

O território militarizado com viaturas e helicópteros sinaliza a sistemática violência estatal-latifundiária contra os Guarani e Kaiowá, desta vez na região de Caarapó. O atual Secretário de Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, carniceiro anti-indígena, comandou massacres em 2016 e 2022. A primeira retomada de Guyraroka ocorre nos anos 2000, em parte do latifúndio de 6183 hectares do deputado mais rico do MS, Zé Teixeira (PSDB), que "doou R\$10 mil do próprio patrimônio para Bolsonaro. [...] sua Fazenda Santa Claudina está integralmente sobreposta à TI Guyraroká. [...]: seu patrimônio de R\$ 46,4 milhões inclui o território em litígio"¹. Foi de dentro de sua fazenda que, na ocasião,



Foto: Resistência Guarani e Kaiowá na Terra Indígena (TI) Guyraroka, em Caarapó (MS).

atiraram contra os indígenas. Um bebê recém-nascido foi morto. Zé Teixeira defendeu os fazendeiros responsáveis pelo Massacre de Caarapó e é militante do Marco Temporal, que determina que os indígenas só teriam direito a terra caso comprovassem ocupação ou disputa territorial na ocasião do dia 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. Em 2014, o estudo de Guyraroká foi anulado no STF, como consequência do Marco Temporal. Em 2021, Guyraroká se torna caso de Repercussão Geral no julgamento histórico no STF acerca do Marco Temporal, junto com a Terra Indígena (TI) Ibirama-La Klãnõ dos Xokleng, em Santa Catarina. O que fosse definido para estas TIs seria válido para todas as Terras Indígenas do Brasil.

Conectando pontos da violência estatal-empresarial-latifundiária

No dia 24 de setembro, apesar do despejo ilegal resultante da ação da polícia, os indígenas voltam a realizar a retomada. Pistoleiros acampados na fazenda Iputã os atacam com tiros e dois indígenas são sequestrados na sede da fazenda. A DOF e PM estão em constante comunhão com os pistoleiros, hoje substituídas pela Força Nacional. No dia 25 de outubro, após mais pulverizações de agrotóxicos e ataques de pistoleiros e policiais, a retomada avança na sede da fazenda e é atacada. Uma mulher é sequestrada.

Os proprietários da fazenda Iputã e Lagoa de Ouro são da mesma família. Apenas a Fazenda Lagoa de Ouro detém

5.566,66 hectares. São fazendas de Cláudia Mei Alves de Oliveira e Luiz Gustavo Barbosa de Oliveira, filhos e filhas de Saulo Alves de Oliveira, primeiro proprietário. Há processos jurídicos que determinam que cessem a aplicação de agrotóxicos na área próxima de Guyraroka. Os filhos de Saulo têm vínculos diretos com a Coamo, empresas agrícolas e grandes fazendas no interior de SP, lojas e armazéns de capital milionário, além de possuírem aviões agrícolas usados para os ataques químicos e outros processos por danos ambientais graves. Saulo, já falecido, também já foi processado por superexploração de trabalhadores em suas fazendas.

Quem fez a defesa de Saulo e sua família no caso de Guyraroka foi o advogado Cicero Alves da Costa, autor da primeira causa contemplada no STF pela regra do Marco Temporal, justamente sobre Guyraroka. O advogado faz propaganda da ação como "vitória" – nada mais equivocado, diante do avanço recente da retomada. Sua sanha anti-indígena o faz considerar o Marco Temporal uma medida ainda pouco eficaz, e vai além: questiona os fundamentos da lei de demarcação de terras, para cessá-las em definitivo. Seu escritório de advocacia, com sede em Dourados – "Cicero Costa Advogados" – tem como parceiras na equipe jurídica Juliana Cembranelli da Costa, que defendeu o fazendeiro Laertes Alberto Dierings, condenado pelo MPF por ocultar e remover cadáveres Kaiowá e Guarani do *tekoha* Pakurity, em Dourados.

¹ Informações levantadas através do De Olho nos Ruralistas (2023).

Então...

Os Guarani e Kaiowá de Passo/Piraju afirmaram que o “Estado quer nos exterminar”. Os organismos estatais têm agido de diferentes formas na violação dos direitos dos indígenas. A SEJUSP tem atuado com repressão e violência, incluindo despejos ilegais. A FUNAI esteve ausente no acompanhamento das ações policiais no território, sob alegação de risco aos servidores. O MPI tem buscado costurar acordos com o governo do estado, que está limitado à saída gradual da polícia do local. O ministério ainda sinalizou o acordo de mobilização para uma suposta “Força Tarefa” nos moldes do que houve no processo demarcatório de Nãnde Ru Marangatu, quando após o assassinato de Neri Ramos com um tiro de fuzil da Polícia Militar na cabeça, foi realizada uma negociação para a demarcação via compra da terra, recompensando com fundos milionários os fazendeiros pelos anos

de genocídio, esbulho territorial, exploração da terra e violações de direitos cometidas contra os indígenas.

A luta histórica de anciões centenários de Guyraroka como os rezadores/as Seu Tito e sua companheira Miguela são inspiração para os mais jovens, que não viram a mesma floresta que o casal centenário, mas que veem a recuperação do tekoha como única forma de vida diferente da realidade de uma terra diminuta, em regime de confinamento. A vida digna no tekoha inicia quando eles se levantam, entre diferentes gerações, e retornam para os caminhos que os mais velhos,



Foto: Munições de alto calibre usados pela repressão do Estado.

os que vieram antes de nós, andaram e viveram livres antes da colonização. A demarcação de Guyraroka, enquanto não vem, será feita na marra: quantas vezes for necessário, as cercas serão rompidas. ■

Movimento popular

Movimento da População de Rua de Goiânia e seus Desafios

■ Jiren D.

Em Goiânia, o número de pessoas em situação de rua saltou de cerca de 350 em 2019 para mais de 3 mil atualmente, segundo levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais. O aumento brutal, de quase 800%, expressa o avanço da miséria e da exclusão social num contexto de desemprego, carestia, fome e abandono estatal agravado após a pandemia.

Enquanto o povo pobre luta para sobreviver, a prefeitura de Goiânia, sob comando do prefeito “tiktokker” Sandro Mabel (UB), tem optado por políticas higienistas e elitistas, culpando o “tráfico” e a “degradação urbana” pela presença da população de rua no centro da cidade. Na prática, trata-se de criminalização da pobreza e de uma tentativa de expulsar os mais pobres dos espaços públicos, em nome dos interesses dos grandes empresários e do mercado imobiliário.

Em conversa com Seu Djalma, representante do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-GO), fica claro que o movimento enfrenta muitos desafios internos e externos. Ele denuncia a presença de atravessadores e falsos representantes,

pessoas que não vivem a realidade das ruas, mas falam em nome do povo em busca de recursos e visibilidade política. Um exemplo é o projeto de lei que destina 5% das vagas de trabalho em empresas com contratos com a prefeitura para pessoas em situação de rua — medida que até hoje não saiu do papel e é desconhecida pela maioria da categoria.

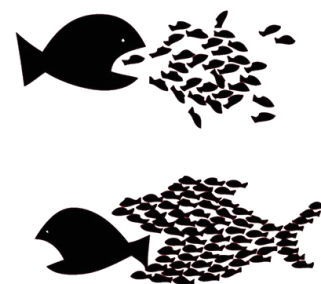
Para nós do Grupo Local Popular (GLP), é urgente fortalecer um movimento de base, classista e combativo, que não dependa de promessas eleitorais nem da tutela de partidos burgueses. A população de rua precisa organizar-se de forma independente, acreditando em sua própria força e na solidariedade de classe com os demais trabalhadores. Somente pela ação direta, pelo apoio mútuo e pela construção de um movimento popular enraizado, será possível conquistar direitos reais e romper com

a lógica que transforma seres humanos em números invisíveis.

A luta da população de rua é parte da luta geral das massas populares pela vida, pela dignidade e contra a exploração capitalista. É nas ruas, com coragem e unidade, que o povo pobre de Goiânia mostrará que só o povo salva o povo. ■



Foto: Membros do Movimento Nacional da População de Rua de Goiânia.





Estudantes do povo

10 ANOS DA PRIMAVERA SECUNDARISTA: lições do movimento de ocupação de escolas

■ **Júlia**

Há dez anos, o Governo do Estado de São Paulo, sob o comando de Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou a “reorganização” das escolas da rede estadual que modificaria ciclos, turnos e turmas, acarretando o aumento da quantidade de alunos por sala, o fechamento de várias turmas do noturno e EJA, a municipalização de algumas unidades e, principalmente, o fechamento de 94 escolas. Contra a medida, os estudantes organizaram inúmeras manifestações que foram ignoradas ou reprimidas, o que levou o movimento a adotar a tática de ocupação das escolas. Em todo o estado, 212 escolas foram ocupadas.

As ocupações de escolas, protegidas por barricadas e cercadas de solidariedade popular, garantiram que a vontade política dos filhos da classe trabalhadora prevalecesse sobre a do Palácio dos Bandeirantes. O projeto de reorganização foi derrotado, impondo uma das mais importantes derrotas da história do governo tucano em São Paulo.

O movimento representou a continuidade e o aprofundamento do ciclo de lutas aberto com as jornadas de junho de 2013, o maior levante popular da história do país, que declarou a ruptura, de baixo para cima, das massas populares, com o pacto de classes lulista iniciado em 2003. Nesse processo, se generalizam o questionamento do papel do Estado no processo de emancipação social, a busca por formas horizontais de organização política e social e a adoção da ação direta de massas como método fundamental de resistência.

Neste texto, além de prestar homenagem ao heroico movimento da juventude trabalhadora paulista, indicamos algumas lições da ação coletiva estudantil para os revolucionários brasileiros.

1) A primeira manifestação contra a reorganização ocorreu apenas cinco dias após seu anúncio, mas foram meses de uma luta sem trégua, com estudantes entrincheirados nas ocupações durante

o natal e o ano novo, até a vitória. A revolta espontânea dos estudantes só desenvolveu seu potencial combativo porque havia prévia organização com independência de classe, sob a forma de coletivos como O Mal Educado, que propuseram e planejaram as primeiras ocupações, exemplo replicado massivamente em todo o estado.

2) As ocupações demonstraram a superioridade da ação direta de massas frente aos métodos legalistas dos sindicatos e entidades estudantis pelegas. Para além das tradicionais manifestações de rua orientadas à órgãos do poder público para exigir diálogo ou sensibilizar parlamentares, as greves, boicotes e ocupações de vias e prédios públicos contornaram a invisibilização e o silenciamento dos protestos, que visavam desmobilizar o movimento.

3) O modelo de organização e ação adotado combinava a centralização e a descentralização do poder e dos recursos. Cada ocupação gozava de completa autonomia decisória sobre suas atividades locais, mas decisões e ações coletivas eram encaminhadas através do Comando de Escolas Ocupadas, órgão que visava garantir a unidade e a coordenação de todo o processo. Ato de rua massivos em pontos centrais eram alternados com atos menores, em diferentes pontos das cidades, realizados simultaneamente. Nas negociações, eram apresentadas tanto reivindicações gerais do movimento quanto pautas específicas de cada escola.

4) A circulação internacional de experiências de luta é fundamental para constituir o repertório de ação dos lutadores. As ocupações de escola promovidas pelos estudantes do Chile e da Argentina em anos anteriores e as vitórias naqueles países serviram como modelo para a resistência por aqui. Para além da inspiração e da replicação, o internacionalismo deve ser incorporado aos processos de luta visando a construção de alianças e articulações entre combatentes de diferentes países, principalmente na América Latina.

5) As vitórias dependem da confiança do povo em suas próprias forças. Além de enfrentar o governo, os estudantes precisaram enfrentar também a ação desmobilizadora dos partidos reformistas (PT e Pcdob, principalmente). Na luta de classes, os conflitos se dão frequentemente entre o povo e a burguesia e, simultaneamente, entre o povo e os defensores da ordem burguesa junto ao povo. As práticas burocráticas do reformismo, como as negociações a portas fechadas com governos e a intermediação de parlamentares, foram rechaçadas pelas ocupações, garantindo na prática a independência de classe da resistência estudantil.

6) A organização das ocupações representou uma oposição real aos modelos burocratizados da organização estudantil oficial (UNE e UBES). Divididos em comissões deliberativas e operativas e realizando assembleias diárias, os próprios estudantes ocupados decidiam sobre os rumos da luta. A autonomia, a auto-organização e a democracia direta foram as bases dessa experiência de gestão das escolas pela comunidade estudantil e trabalhadora, em que cada unidade de ensino se tornou um foco do poder popular nos bairros.

7) A autodefesa organizada dos estudantes tanto nas escolas quanto nas ruas foi essencial para a manutenção e segurança das ocupações, principalmente contra a brutalidade policial comandada por Alexandre de Moraes (Secretário de Segurança Pública de Alckmin) e o “movimento desocupa” (impulsionado por forças anti-povo, como o MBL). Para nossa defesa, também é preciso não esquecer e não perdoar aqueles que reprimiram as justas rebeliões das massas.

8) É vital para todas as resistências superar o isolamento e o corporativismo. A articulação com o movimento sindical e popular, a vigília constante de apoiadores instaurada do lado de fora das ocupações e as inúmeras manifestações de solidariedade popular catalizaram a queda vertiginosa da popularidade da gestão Alckmin e pressionaram pelo recuo da reorganização escolar.

9) Para além da necessária disputa de classes sobre o sistema nacional de educação, o movimento estudantil é estratégico para a reorganização das massas no Brasil, por contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores em formação e para a formação de quadros para o movimento sindical e popular, possibilitando o aprendizado pela prática de métodos históricos de luta da classe trabalhadora – inclusive daqueles negligenciados pelas burocracias sindicais e partidárias – que servirão de subsídio a novas ações de resistência.

10) Com as ocupações, os estudantes estabeleceram um contrapoder que neutralizou temporariamente os poderes governamentais sobre as escolas (PSDB) e sobre o movimento estudantil (Pcdob/PT). Quando as escolas foram desocupadas, a organização independente, combativa e massificada retrocedeu. É comum que grandes levantes e processos insurgentes sejam seguidos de desmobilização e perda de vitalidade, o que reflete os limites do imediatismo, do pragmatismo e da falta de uma perspectiva programática e estratégia que garanta que o saldo dos levantes “espontâneos” (principalmente as experiências organizativas locais, informais e temporárias e as novas lideranças de base) não se perca por completo em contexto de refluxo ou seja cooptado pelas forças da ordem. ■

Lançamento do Coletivo de Apoio aos Movimentos Populares reúne militantes, movimentos e comunidades no Sol Nascente

Érico

No último dia 8 de novembro foi realizado na comunidade do Bananal, no Sol Nascente o lançamento do Coletivo de Apoio aos Movimentos Populares. A atividade é fruto da mobilização do Grupo Libertação Popular na maior periferia do DF. O grupo realiza desde 2022 ações de propaganda através de campanhas contra o despejo e ações da PMDF e DF Legal no desalojo de famílias, além de campanhas contra a escala 6x1, contra a precarização na educação, entre outras.

A mobilização para a atividade iniciou com a panfletagem porta a porta e colagem de cartazes nas escolas das redondezas do Sol Nascente. Bem recebido pela comunidade, a atividade mobilizou cerca de 40 participantes, entre eles militantes do Grupo Libertação Popular, famílias do Movimento Resistência Popular (MRP) e moradores da comunidade do Bananal, além da participação da Igreja Evangélica Portal da Salvação, que cedeu o local para o evento.

Iniciando com um café da manhã comunitário, a atividade seguiu com apresentação do GLP, saudações de militantes e movimentos, apresentação sobre a questão da moradia e a proposta do Coletivo de Apoio lançado. A abertura para o debate com a comunidade revelou a necessidade dos moradores do Bananal em questão das dificuldades encontradas na permanência instável das famílias na ocupação que tem sido ameaçada por empreendimento do GDF e entes privados na região.

O Coletivo de Apoio colocou-se à disposição da comunidade e mostrou-se aberto ao ingresso de lutadoras e lutadores do povo que estejam comprometidos com a luta por melhores condições de vida e direitos. Para maiores informações acerca do coletivo, interesse de ingresso ou como cooperar com o GLP na luta popular, entre em contato via e-mail ou através das redes sociais. O documento com os princípios do coletivo estará disponível no site do jornal O Amigo do Povo (oamigodopovo.noblogs.org). ■



PLENO EMPREGO DO ARROCHO



Guina

O governo se gaba do alto índice de ocupação da população brasileira apontada por pesquisas, fala-se em pleno emprego, ou seja: quando a oferta de postos de trabalho excede a quantidade de procura das pessoas aptas e interessadas em ocupá-los, assim quem procura emprego encontra opções compatíveis disponíveis para escolher a que lhe for mais conveniente; algo realmente muito bom, se fosse verdade. As pessoas estando empregadas nesse cenário estariam tranquilas financeiramente pois possuiriam renda estável por um tempo mínimo razoável. Com uma oferta grande de empregos seriam as empresas que precisariam tornar seus postos de trabalho mais atrativos, com mais benefícios e com remunerações espontaneamente maiores que o salário mínimo.

Mas não é essa a realidade com a qual nos deparamos, as pessoas que procuram emprego, até encontram, só que não param neles. O principal motivo é que a remuneração é insuficiente e por isso continuam procurando melhores oportunidades. Essa rotatividade alta mantém todas essas vagas constantemente em oferta e os trabalhadores sempre instáveis financeiramente e procurando emprego, saindo de um para outro ainda na experiência.

As empresas, por sua vez, usam o trabalho intermitente de forma sobrecarregada sem oferecer melhores ganhos nem benefícios, pois sabem que os desempregados estão em situação de arrocho e vão aceitar os empregos mesmo recebendo de forma insuficiente, por pouco tempo e trabalhando mais do que o cabível para uma pessoa. Não há crescimento real da quantidade de vagas. As empresas contratam quem trabalha mais pelo mínimo possível ofertando os mesmos postos de sempre. A sobrecarga do trabalhador intermitente como cultura nas empresas é o elemento que garante e sustenta essa lógica que parece circunstancial, mas para o governo essa é uma situação que se sustenta como projeto, pois produz números e narrativas políticas favoráveis.

O pleno emprego só será real pela análise e ação dos trabalhadores unidos. ■

COMO A EXTREMA-DIREITA PODE APRENDER COM O QUE A ESQUERDA ESQUECEU?

J.C. Ramos

A condenação de Bolsonaro provocou euforia popular por diversos motivos — desde a sede de vingança pela omissão durante a pandemia, que resultou em milhares de mortes, até por revanchismo político eleitoral. Por outro lado, também revelou certa imaturidade política da esquerda, que tratou o episódio como uma lição moral, lembrando o destino dos condenados comuns do 8 de janeiro como se fosse uma advertência paternal ou maternal: uma demonstração do que acontece a quem “viola as regras”. Contudo, a política é violação das regras e não é um jogo de crianças.

A esquerda enfrenta uma crise geral — entre elas, uma crise de identidade — se encontra desconectada de sua própria história, na qual o sacrifício político sempre esteve presente em sua trajetória. Ignora-se que as derrotas e punições sofridas pela extrema-direita, ainda que possam gerar medo, também podem fortalecer sua disposição para o risco e para a luta pelo poder — ironicamente, o mesmo processo que historicamente amadureceu a esquerda em diferentes países. A repressão e a frustração sofrida diante da capitulação das lideranças tendem a produzir

tanto militantes mais cautelosos quanto outros mais combativos; ambos os perfis, contudo, exigem o abandono do amadorismo. Assim, o sacrifício, que sempre foi elemento formador da militância socialista, pode tornar-se um mecanismo de amadurecimento político também para a extrema-direita — um aprendizado histórico do qual a esquerda se distancia à medida que se conforma à ordem vigente.

Nem todos serão Che ou Durruti, mas o risco continua sendo inseparável da militância, e todo militante deve reconhecê-lo como parte iminente da luta e estar preparado para enfrentá-lo. É preciso retomar a compreensão de que não há luta real pelo poder sem a disposição de assumir riscos. A maturidade política e organizativa de uma militância não se forja apenas na vitória, mas sobretudo na forma como responde à derrota e aos desafios que o risco impõe. É necessário construir uma cultura política viva — fundada na responsabilidade, na solidariedade e na consciência coletiva — condição indispensável para reconstruir uma militância capaz de unir preparo subjetivo, estratégia e coragem, re colocando o compromisso revolucionário no centro da ação política. ■



Foto: Linha de frente para autodefesa formada por anarquistas e comunistas, os famosos “black blocs”, durante a revolta popular de junho de 2013 no Brasil.

Movimento sindical

Campanha Nacional em Defesa dos Professores Temporários

CAMPANHA NACIONAL

MESMO TRABALHO, MESMOS DIREITOS!

ISONOMIA ENTRE PROFESSORES TEMPORÁRIOS E EFETIVOS, JÁ!

LUTAR PELA INCORPORAÇÃO DE TEMPORÁRIOS E TERCEIRIZADOS AO QUADRO EFETIVO, SEM NECESSIDADE DE CONCURSO! CHEGA DE EXPLORAÇÃO!

AS DIREÇÕES SINDICAIS DA CUT/PT SÃO CÚMPLICES DA PRECARIZAÇÃO! POR UM SINDICALISMO QUE UNIFIQUE E MOBILIZE DE FATO OS TRABALHADORES POR UMA VIDA DIGNA!

MAIS INFORMAÇÕES, MATERIAIS E CONTATO DA CAMPANHA

CTL COLETIVO TRABALHADORES EM LUTA @trabalhadores_em_luta

GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR @libertacao.popular

CSP @cspconlutas

proftemporarios.wordpress.com

No dia 15 de outubro de 2025, Dia dos Professores, o Grupo Libertação Popular (GLP) e o Coletivo Trabalhadores em Luta (CTL) anunciaram o início da Campanha Nacional em Defesa dos Trabalhadores da Educação Contratados Temporariamente!

Cresce no Brasil a precarização do trabalho docente nas redes públicas e básicas de ensino, especialmente através de contratos temporários. A realidade hoje é que a maioria de professores das principais cidades brasileiras é de temporários precarizados.

As grandes centrais e confederações sindicais (CUT, CTB, CNTE) pouco fazem, seu tipo de sindicalismo é velho e ultrapassado para o novo mundo do trabalho, isso quando não são cúmplices diretos da precarização por seus compromissos governamentais. Mas os professores em contrato temporário, além de serem os mais explorados, tem demonstrado ser o setor mais avançado e radicalizado, que mais tem interesse em mudanças democráticas na organização sindical, e isso apesar de toda a perseguição dos governos, chefes, quando não das próprias burocracias sindicais.

A Campanha, portanto, tem o objetivo de mobilizar professores das redes básicas de ensino municipais, estaduais e distrital na luta contra a precarização. É uma campanha aberta à indivíduos, coletivos, oposições e sindicatos classistas que queiram botar a mão na massa e ir às bases, retomar a organização de base, a unidade classista e a ação direta como norteadores da nossa luta por direitos.

Faça parte dessa luta! Entre em contato pelo email (temporarioscontato@inventati.org) e entre no blog (proftemporarios.wordpress.com) pelo QR Code ao lado:

